

BALANÇA, MAS NÃO CAI? AS VICISSITUDES DO GOVERNO BOLSONARO¹

Aginaldo dos Santos²

Resumo: São discutidos neste ensaio as peculiaridades do governo de Jair Bolsonaro, transcorridos mais da metade de seu mandato. São apresentados os elementos de continuidade entre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer e a ascensão do bolsonarismo, que ao mesmo tempo apresenta novos elementos no quadro político brasileiro. Ao final, são propostos alguns breves prognósticos sobre as possibilidades e os desafios que Bolsonaro encontrará até 2022, quando pretende disputar a reeleição.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro; Economia Brasileira; Crise Política

Abstract: The peculiarities of the Government of Jair Bolsonaro are discussed in this essay, after more than half of his term. The elements of continuity between Dilma Rousseff's impeachment process, the government of Michel Temer and the rise of bolsonarism, which at the same time presents new elements in the Brazilian political framework, are presented. In the end, some brief predictions are proposed about the possibilities and challenges that Bolsonaro will encounter until 2022, when he intends to run for re-election.

Keywords: Bolsonaro Government; Brazilian Economy; Political Crisis.

¹ Texto publicado nos Anais do XXI Fórum de Análise de Conjuntura, realizado pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (Marília) e da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Unifesp (Osasco), em junho de 2021.

² Professor de Economia Política. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp. Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - DCPE, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS, Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - IEEL. E-mail: aginaldo.santos@unesp.br

Introdução

Não restam dúvidas sobre a singularidade do governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019. Ainda que se possa identificar continuidades em relação ao governo de Michel Temer, que ascendeu após o processo de afastamento de Dilma Rousseff, é notório que se trata de um fenômeno novo na política nacional. Buscamos nesta apresentação apresentar um balanço crítico do Governo Jair Bolsonaro após mais de dois anos de mandato. Com isso, propomos analisar as condições de governabilidade de um mandato marcado desde o início, e mesmo antes no período eleitoral, por expressivo caráter agressivo. Mas que, por outro lado, possui diversos compromissos econômicos com a elite capitalista brasileira e internacional. Além de uma caracterização geral do período que compreende dois anos e meio de mandato, discutiremos como a pandemia da Covid-19 atingiu seu governo, deixando às claras as fragilidades tanto de gestão da saúde pública como de implementação de políticas de enfrentamento da crise econômica. Por fim, discutiremos como, a despeito dessas dificuldades, Bolsonaro vem conseguindo manter um impressionante nível de popularidade. Isso, somado a mudanças ocorridas no campo das forças progressistas, com a volta de Lula à corrida presidencial, sugere um quadro de polarização entre esquerda e (extrema) direita que dificilmente abrirá espaço para uma “terceira via”, de forças conservadoras comprometidas com o jogo democrático.

1. Antecedentes - crises política e econômica

A literatura que trata do período político recente, em particular da última década, vem apresentando um certo consenso: o pacto lulista iniciado em 2003 desmoronou a partir de 2013, sendo a reeleição de Dilma seu último suspiro. A forma como os governos do PT, especialmente os de Lula, conseguiram formar maiorias no legislativo, equilibrando-se entre as demandas de setores conservadores e populares, gerou alguma estabilidade política. Isso possibilitou aproveitar as condições externas favoráveis, notadamente o aumento da demanda por *commodities* da China, que cresceu de maneira consistente na virada do século e necessitava de produtos nos quais o Brasil tinha competitividade internacional. A estabilidade econômica, negociada com o sistema financeiro e com o empresariado, gerou condições de sustentar um crescimento no qual o grande capital e os segmentos mais pobres da classe trabalhadora acabaram sendo os principais beneficiados. Daí a ideia de um “pacto lulista”. As consequências da crise financeira internacional, alguns erros de

gestão econômica, o clima belicoso que aumentava a cada eleição presidencial vencida pelo PT e o perfil avesso de Dilma a negociações com os setores fisiológicos do Congresso Nacional foram o pano de fundo para o fim desse pacto.

Múltiplos fatores, conjugados, ajudam então a explicar as dificuldades de manutenção desse pacto: a) tensão crescente entre a condução da estrutura macroeconômica herdada do governo Fernando Henrique Cardoso e a necessidade de reformas para regulamentar os direitos da CF-88; b) aumento real do salário-mínimo e nas negociações sindicais frente à diminuição da taxa básica da economia (Selic) pelo Banco Central, em 2012; c) reação dos EUA ao aumento do protagonismo internacional do Brasil, especialmente no âmbito do bloco BRICS; d) dificuldade de Dilma em dialogar com um Congresso mais conservador.

Desde a famosa “Carta aos Brasileiros”, de 2002, o Partido dos Trabalhadores sinalizou que não alteraria de forma substancial a estrutura macroeconômica montada desde o Plano Real, em 1994, cujas bases eram o controle da inflação por meio da taxa básica de juros, o câmbio flutuante (mas valorizado) e o controle fiscal. Tal estrutura, que em um primeiro momento foi eficaz no combate à inflação, levou a um processo de desindustrialização e de fragilidade das contas públicas, afetando a capacidade do Estado em ampliar os investimentos e as políticas públicas. Mesmo com o crescimento econômico ao longo da primeira década do século, e algumas tentativas de alterar essa matriz econômica, a manutenção desses fundamentos (em especial, da relativa autonomia do Banco Central, que colocou o combate à inflação como meta apartada de outras, como o emprego) dificultou a consolidação do conteúdo social inscrito na Constituição de 1988. E ajuda a explicar também porque algumas das políticas sociais implementadas no período petista foram tão facilmente desmontadas após 2016, quando um conjunto de forças políticas conservadoras conseguiu articular o afastamento de Dilma Rousseff, apesar da inexistência de crime de responsabilidade que pudesse caracterizar o processo de impeachment. Este acontecimento tem raízes exclusivamente políticas, e não jurídicas.

O golpe do impeachment

Sistemas presidencialistas contam com um instrumento de afastamento de presidentes da república quando, ao se constatar algum crime de responsabilidade, o Congresso Nacional analisa e eventualmente vota o encerramento do mandato do chefe do Executivo. Em tese, seria um instrumento raro, destinado a situações muito específicas. Os Estados Unidos, a primeira grande república moderna, adotou esse instrumento poucas vezes ao longo de sua história. No Brasil, após

a promulgação da Constituição de 1988, ele assombra quase todos os presidentes, devido às especificidades daquilo que foi chamado de “presidencialismo de coalizão”, que exige uma sólida base parlamentar não só para governar, mas também para evitar esse tipo de afastamento. Em geral, é uma arma usada pela elite econômica com representação no parlamento para fazer valer seus interesses. Fernando Collor de Mello, que buscou governar independente dos grandes partidos conservadores, e que teve pessoas próximas envolvidas em esquemas de corrupção, acabou sendo o primeiro presidente afastado pelo instituto do *impeachment*. Após 24 anos, ele foi usado contra a primeira presidenta eleita do país, Dilma Rousseff (Proner *et. al.* 2016). Mas por motivos bem distintos dos de Collor.

As quatro eleições consecutivas vencidas pelo PT, em que pese todas as contradições que se desenvolveram ao longo do período, ajudaram a implementar políticas sociais previstas na Constituição, mas que exigiam leis infraconstitucionais de regulamentação. Em um processo lento, que começou no Governo Collor, passando pelo Governo Itamar e pelos dois de F.H. Cardoso, as políticas de saúde, educação e seguridade social foram se constituindo. Aquilo que foi chamado de “lulismo” ou “pacto lulista” garantiu, a partir da metade do primeiro mandato de Lula em diante, o aumento de verbas para diversas políticas sociais. O ponto culminante desses investimentos acontece no final do primeiro mandato de Dilma, já em condições distintas daquelas no qual governou Lula. A ampliação dos direitos sociais (como o Programa Bolsa Família, a criação de universidades públicas com ampliação de acesso ao nível superior, a oferta de crédito barato dos bancos públicos, entre outros) criou um dilema para a direita: como bancar sua agenda de Estado mínimo, antipática ao eleitorado? As quatro derrotas eleitorais seguidas apontaram a tarefa árdua de manter tal ideário junto à população, especialmente a mais pobre, que demanda muitos destes serviços públicos.

Um expediente bem conhecido da disputa política, desde pelo menos o final da República Velha, volta com força: o discurso de combate à corrupção. Já havia sido utilizado como arma política contra os governos do PT em 2006, quando surgem as denúncias conhecidas como “escândalo do Mensalão”, que levaram à cassação de mandato e à prisão nomes de peso do partido, como José Dirceu, e evitaram que Lula vencesse a eleição no primeiro turno daquela disputa. Mas tal discurso ainda não teve as condições de levar às cordas os governos petistas, situação que se alterou em 2013, quando explodem as manifestações de junho.

O pano de fundo das manifestações de junho de 2013 era econômico: meses antes, o Banco Central havia reduzido a taxa básica de juros (Selic), mesmo sem atingir a meta de inflação esperada pelos agentes do mercado. Isso, na prática, significava redução dos ganhos financeiros, em especial

aos detentores de títulos da dívida pública (a maioria, grandes empresas e indivíduos endinheirados). Soma-se a isso os aumentos reais (acima da inflação) do salário mínimo e a redução dos índices de desemprego, que ajudaram os sindicatos nas negociações coletivas. Alguns erros da política conhecida como Nova Matriz Econômica, especialmente as desonerações a alguns segmentos sem contrapartidas, que aumentou o déficit público, ampliaram a insatisfação do segmento empresarial. Então, quando em junho de 2013, um grupo de estudantes em São Paulo inicia uma manifestação contra o aumento da passagem de ônibus na cidade - com uma clara conotação de ampliação de direitos - e ganha apoio popular, parte daqueles setores conservadores percebe a oportunidade. Tornou-se possível capturar a onda de insatisfação específica contra o aumento da passagem do transporte e introduzir outras pautas, entre elas a questão do combate à corrupção. Em poucas semanas, o tom já era claramente oposicionista ao governo federal, não mais uma questão regional de São Paulo. Um setor muito importante nessa conjuntura, participando com faixas nas manifestações, foi o ministério público, que exigia mudanças na legislação, ampliando seus poderes de investigação. Surgiu, então, as condições que levaram à constituição da Operação Lava-Jato, força-tarefa do ministério público federal sediado no Paraná com a Polícia Federal, que construiu uma narrativa e conduziu investigações sobre operações fraudulentas na Petrobras. As diversas irregularidades dessa operação, anos depois julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, foram fundamentais para alicerçar o ataque ao mandato de Dilma e para a posterior prisão de Lula, por mais de 500 dias.

Na defensiva, o Governo Dilma ainda tentou acenar para o empresariado, nomeando um gestor do sistema financeiro, Joaquim Levy, para o Ministério da Fazenda, que propôs um choque fiscal, que na prática acabou sendo a um estelionato eleitoral (uma vez que ela havia prometido ampliar os investimentos estatais, e não o oposto). Sua natureza pró-cíclica apenas aumentou a queda no crescimento econômico. As condições para o ataque final, por meio da acusação de irregularidades no orçamento (as chamadas “pedaladas fiscais”), estavam dadas.

É assunto de muitos estudos, e ainda serão para outros nos próximos anos, o caráter atípico do *impeachment* de Dilma, classificado por seus apoiadores como golpe. Independente desse debate, podemos apontar que na prática acabou equivalendo a um instrumento de regime parlamentarista em um regime presidencialista: na votação de seu afastamento definitivo, não ficou configurado o crime de responsabilidade, apenas seu governo não obteve os votos necessários para barrar o impedimento.

Muitos acreditam que o caráter golpista ficou reforçado pelo governo que a sucedeu, o de seu vice-presidente Michel Temer, cujo partido (PMDB, depois MDB) havia divulgado um pouco

antes do *impeachment* o documento “Uma Ponte para o Futuro”, no qual se compromete com uma política econômica conservadora e fiscalista, exatamente o oposto do programa que havia sido eleito em 2014.

Dentre as várias medidas adotadas por Temer nessa direção, após assumir a presidência, a mais representativa desse projeto foi a adoção de um teto de gastos para o orçamento federal, medida contracionista que prevê que gastos/investimentos devem aumentar apenas conforme a inflação do ano anterior, engessando a capacidade de ampliação de políticas públicas. O Congresso Nacional que votou o impeachment de Dilma aprovou essa emenda constitucional, com duração de 20 anos, comprometendo o planejamento de governos futuros.

Os resultados pífios dessa agenda de austeridade fiscal ao longo de dois anos de Governo Temer acabaram dificultando sua defesa nas eleições presidenciais seguintes, que, portanto, não poderiam ocorrer a partir de um amplo debate sobre a política econômica defendida pela elite. Isso explica o deslocamento da pauta econômica para outras, de caráter moral e cultural, que ganharam espaço naquela conjuntura.

A eleição de 2018

Sob qualquer olhar, as eleições presidenciais de 2018 ocorreram com alto grau de excepcionalidade: Temer, que assumiu o governo após o afastamento de Dilma, atingiu uma das piores avaliações de presidentes desde a redemocratização dos anos 1980. Além dele próprio, vários ministros ou aliados no parlamento eram acusados de irregularidades e esquemas de corrupção. Ironia: essa bandeira havia sido balançada contra os governos do PT desde 2006, e agora se voltava também contra as forças que articularam o *impeachment*. Na verdade, enquanto o *establishment* político imaginava um retorno à “normalidade”, substituindo os governos de esquerda, outras forças conservadoras no interior do Estado brasileiro começaram a organizar seu próprio projeto político. A Operação Lava Jato, sob o pretexto de investigar casos de corrupção na Petrobras, iniciou prisões e investigações contra diversas figuras políticas, em especial da esquerda e do chamado “centrão” (poupando de forma suspeita outras personalidades ligadas ao PSDB). Investigações e prisões, por sinal, executadas de forma bastante atípica, que culminaram com a condenação e prisão do ex-presidente Lula, retirando-o das eleições daquele ano de 2018.

Então, a campanha eleitoral daquele ano começava com muitas interrogações: enquanto o TSE não deliberasse em definitivo, Lula era apontado como favorito para vencer as eleições, caso pudesse concorrer. O PSDB, que polarizava com o PT desde os anos 1990 e representava a agenda

econômica conservadora, agora entrava muito fragilizado na disputa. Temer, com baixa popularidade, não apenas não poderia se lançar candidato como também se tornava eleitoralmente tóxico, caso apoiasse algum nome da direita. E, além do protagonismo político da Lava Jato, que serviu para desestruturar o mundo político com um discurso punitivista, emergiu também (e mais uma vez na história brasileira) uma força identificada como *outsider*, mesmo estando mais de duas décadas na vida pública: Jair Bolsonaro. Ele acabaria sendo o principal beneficiário do discurso antipolítico desencadeado pela Operação Lava Jato.

Assim, a eleição acabou sendo caracterizada pelo afastamento de Lula da disputa em meio à condenação na Lava Jato, seu indicado Fernando Haddad lhe substitui na corrida presidencial, os candidatos da direita tradicional ficaram estagnados em baixos percentuais e, após um atentado à faca, Jair Bolsonaro fica afastado de debates e cresce nas pesquisas. Na verdade, além de se afastar de debates na reta final da campanha, quando passou a crescer, sua campanha foi caracterizada pelo uso vigoroso das redes sociais da internet, especialmente o Whatsapp. Ali, conseguiu construir uma narrativa *anti-establishment*, no qual predominavam elementos moralistas e notícias falsas, que potencializaram o sentimento antipetista bastante explorado na grande mídia em anos anteriores.

As diversas frações da classe capitalista tiveram que tomar uma decisão: apoiar um candidato abertamente defensor da ditadura militar e antidemocrático, ou aceitar a volta da centro-esquerda ao governo, pouco tempo após o golpe do impeachment? Quando Bolsonaro e Haddad vão ao 2º turno, as diversas frações capitalistas deixam de lado seu asco pelo perfil grotesco do candidato da extrema-direita e percebem que só ele poderia manter o programa econômico implementado por Temer, mas que não possuía candidato competitivo para lhe dar continuidade. A presença do economista Paulo Guedes na equipe, egresso do sistema financeiro, parecia ser o elemento de segurança dessa continuidade. E apostaram ao final numa eventual moderação de Bolsonaro, ao ser empossado na presidência.

Confirmada a vitória de Bolsonaro, algumas inquietações ainda pairavam sobre o grande capital, ávido em dar seguimento às reformas liberais iniciadas por Temer: como conciliar a fome de recursos do *establishment* político, agora alinhado ao bolsonarismo no Congresso Nacional, com as demandas dos operadores do sistema sediado na Avenida Faria Lima, coração financeiro do país? Tal equilíbrio de demandas, muito frágil, acabou ocorrendo. Mas não da maneira que muitos esperavam, com alguma moderação de Bolsonaro em sua retórica agressiva.

2. Início do mandato: não é a economia, estúpido!

Existe uma convicção de que, em regimes políticos pautados em sufrágio universal, o desempenho da economia é fator determinante para a longevidade (ou não) de uma força política, ou de uma personalidade em particular, à frente do governo. Essa convicção ficou caracterizada numa bem conhecida história da candidatura de Bill Clinton à sua eleição nos Estados Unidos, nos anos 90. A um interlocutor, o marqueteiro de sua campanha, James Carville, teria respondido como vencer George Bush (pai), apesar sua bem sucedida Guerra no Golfo contra o Iraque de Saddam Hussein: “É a economia, estúpido”³! De fato, Clinton soube explorar o sentido popular de perda econômica do início daquela década, conquistando dois mandatos consecutivos. Mas nem só de dinheiro vive a política, apesar de sua evidente importância.

Como indicamos acima, as reformas liberais promovidas pelo Governo Temer após o golpe de 2016, mesmo com toda a facilidade de implementação, dada a maioria no Congresso Nacional e apoio do empresariado, não foram capazes de iniciar um novo ciclo de crescimento econômico. O Produto Interno Bruto patinou nesses dois anos, e as taxas de desemprego permaneceram altas. Somadas às reformas trabalhistas que apenas diminuiram direitos, resultaram na diminuição do poder de compra dos trabalhadores e na contração do mercado interno. Esse quadro econômico, bem como as diversas denúncias de corrupção envolvendo gente próxima a Temer, explicam os seus péssimos índices de popularidade, como também o discurso *anti-establishment* adotado por Bolsonaro durante a campanha e nos primeiros momentos de seu governo. No entanto, os eleitores de Bolsonaro sabiam bem pouco sobre o que seria sua política econômica, que se resumia a criticar genericamente a corrupção e a incentivar o empreendedorismo e a liberdade econômica. Dizia ser ignorante em detalhes econômicos, mas que para isso teria ao seu lado o “Posto Ipiranga” (referência a uma propaganda de rede de abastecimento de combustível), o economista e banqueiro Paulo Guedes.

Dessa forma, agarrado ao discurso pronto da “herança maldita” dos governos do PT (questionável em vários aspectos, mas aqui não vamos tratar desse assunto), o presidente recém-eleito conseguiu contornar o debate econômico no primeiro ano de governo, centrando esforços na “agenda de costumes” e mantendo o mesmo ritmo da campanha eleitoral. Uma inovação adotada por Bolsonaro no contato com sua base foi a veiculação de transmissões ao vivo (“*lives*”)

³ Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2018/04/nao-e-mais-economia-estupido.html>. Acesso em: 01/09/2021.

nas redes sociais, pautando não só seus apoiadores como também a mídia corporativa e a oposição, preocupadas cada vez mais em rebater posições cada vez mais autoritárias. E colocando em segundo plano as questões econômicas, de resto pouco debatidas na campanha eleitoral (Boito Jr., 2020).

Enquanto isso, Guedes foi tocando sua pauta ultraliberal no Congresso Nacional, agradando seus pares no mundo financeiro. Prometia (aliás, de forma contínua desde então) privatizar todas as empresas estatais, reduzir impostos, “modernizar” (precarizar) a legislação trabalhista, sempre respeitando a lei do Teto de Gastos aprovada ainda na gestão Temer.

Ainda que não tenha sido o assunto central do primeiro ano de governo, as incongruências entre a “agenda Guedes” e as expectativas do *establishment* político começaram a ficar mais evidentes. Mesmo obtendo maioria para aprovar medidas provisórias e tramitar propostas de emenda constitucional que reduzem direitos trabalhistas, como a famosa Carteira Verde-Amarela (afetando o Fundo de Garantia, 13º salário *etc*), outras pautas que envolvem redução do Estado caminham bem mais lentamente. Porque isso implicaria em reduzir também espaço para loteamento de cargos públicos para indicados de deputados e senadores, bem como de emendas parlamentares importantes nas bases dos congressistas. Além do mais, frações do empresariado ligadas ao setor produtivo começaram a perceber a natureza pró-cíclica e recessiva da política econômica proposta pelo governo, incapaz de atrair investimentos e aumentar o emprego e a renda.

Apesar do estilo truculento (ou talvez por isso mesmo), Bolsonaro manteve alta a sua taxa de aprovação. A máquina da campanha eleitoral continuou ativa nas redes sociais. Mesmo com os primeiros dissensos em sua equipe, que levaram à saída de Gustavo Bebianno (antigo articulador de campanha) e de do General Carlos Alberto Santos Cruz do governo ainda em 2019, havia indícios de que Bolsonaro não só manteria a aprovação do seu governo alta, como poderia conseguir com alguma facilidade a eventual reeleição, ofuscando o debate econômico e mantendo a “agenda de costumes” em evidência. Mas no final de 2019 surgem as primeiras notícias de uma doença altamente transmissível e fora do controle na China, espalhando-se com rapidez pela Ásia e Europa: a Covid-19. Sua chegada ao Brasil no início de 2020 começaria a mudar as condições políticas favoráveis à tática bolsonarista.

Entre 2020 e 2021: a pandemia

Agora já caracterizada como uma pandemia, a Covid-19 chegou ao Brasil, com as primeiras mortes registradas em fevereiro, sobrecarregando rapidamente o sistema de saúde com internações

e levando à decretação nos municípios de quarentena para garantir o isolamento social e tentar controlar sua propagação, enquanto pesquisas científicas tentavam conseguir produzir vacinas que atenuassem a forte reação no organismo humano. Desse modo, se a economia não era o centro dos debates até aquele momento, o fechamento forçado da economia em função da pandemia passou a ser um problema para o governo. Ainda tentando usar a tática eleitoral de propagar desinformação e discurso anticomunista nas redes sociais, Bolsonaro primeiramente minimizou o impacto da doença, classificando-a como uma “gripezinha” que não justificava a quarentena, logo depois chamando a Covid-19 de “gripe chinesa”. Aliás, diversos representantes do governo continuaram com insistência em fustigar o governo chinês, principal parceiro econômico do Brasil, apenas para agradar os Estados Unidos do governo Donald Trump, grande inspiração da extrema-direita brasileira.

Com o aumento exponencial dos casos de contaminação e mortes pelo novo coronavírus, que leva às restrições de circulação nos municípios e estados, o governo percebe que o impacto econômico pode ser devastador, e adapta o discurso. Reconhece o problema, mas passa a defender que só morre quem já possui doenças preexistentes, que é preciso que mais gente seja infectada para criar uma suposta “imunidade de rebanho”, que é possível “tratamentos precoces” com remédios destinados a outras enfermidades *etc.* Tudo para evitar a paralisia da economia.

Dessa forma, criou-se um falso dilema entre “economia *versus* saúde” (pois gente doente e morta não trabalha nem consome) que, associada à incompetência no enfrentamento da pandemia, começaram a dilapidar a popularidade do governo, quanto mais os números de mortes aumentavam, inclusive com cenas de cemitérios lotados e de pessoas morrendo na porta dos hospitais.

A equipe econômica tentou responder de maneira muito tímida, dado a seu comprometimento ideológico com o Teto de Gastos do orçamento, e propôs auxílios muito tímidos (por volta de R\$ 200) para um número limitado de beneficiários, além de suspensão temporária de tributos para empresas que mantivessem o vínculo empregatício dos trabalhadores, com redução de horas de trabalho e de salário. Mas, dado o quadro anterior de lenta dinâmica econômica e as inevitáveis consequências da pandemia, tais medidas sequer poderiam ter caráter paliativo.

O orçamento especial da pandemia, suspendendo temporariamente as limitações do teto de gastos, que inclusive pudesse permitir a aquisição das vacinas que estavam em fase final de testes e passariam a ser vendidas, e especialmente o auxílio de R\$ 600, ajudaram na recuperação de sua popularidade, no segundo semestre de 2020. Mas alguns “efeitos colaterais” não desejados por

Guedes evidenciaram-se: destaque do papel do SUS, que evitou um quadro ainda mais catastrófico com o aumento das infecções da Covid-19, e o “mau-exemplo” do contorno da Lei de Teto de Gastos, demonstrando a exorcência deste instrumento para a execução de políticas públicas.

Então havia, por um lado, a demonstração de incompetência do governo para lidar com a gravidade da pandemia, e de outro lado, a insensibilidade de Bolsonaro com as dezenas (que depois se transformou em centenas) de milhares de mortes decorrentes da Covid-19, com piadas inapropriadas e chamadas para o fim das “lamentações”. Porém, de forma impressionante, sua impopularidade não chegou ao ponto de fazer cair suas intenções de votos para a reeleição, e muitos passaram a considerar essa possibilidade como real. Seu carisma, baseado na transparência de suas ideias, parecia não ter concorrentes entre os diversos nomes lembrados para disputar contra ele em 2022. Mas o imponderável é um componente sempre presente na política brasileira, e um velho conhecido voltaria a ter relevância no panorama eleitoral: Lula.

Fato novo: a volta da elegibilidade de Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dos principais nomes da política brasileira das últimas décadas, havia sido condenado e preso após denúncias apresentadas pelo Ministério Público no âmbito da Operação Lava Jato, operação que vinha colecionando, ela própria, muitos indícios de irregularidades. Especialmente a relação que aparentava ilegalidades entre o juiz Sérgio Moro e o chefe da operação do MP no estado do Paraná, Deltan Dallagnol (Streck e Carvalho, 2020). Apesar de muito material organizado por juristas e profissionais do direito indicarem tais problemas, o Supremo Tribunal Federal, que aumentou sobremaneira seu protagonismo político desde 2016, referendou as condenações. Em termos práticos, isso significava o sepultamento eleitoral de Lula.

Mas eis que surge o imponderável: um jovem *hacker* da cidade de Araraquara, interior de São Paulo, descobre a armação de Moro e Dallagnol, capturada em conversas transmitidas por um aplicativo de *smartphone*, o Telegram. Divulgada inicialmente pela mídia independente, o material batizado de “Vaza Jato” chega à grande imprensa e influencia decisivamente na alteração da correlação de forças no STF. A antiga maioria simpática à Lava Jato é alterada, e investigações em andamento contra Lula são arquivadas devido às irregularidades. Por fim, a condenação baseada

num suposto crime envolvendo um apartamento no litoral paulista é anulada e a investigação volta aos primeiros estágios, possibilitando a liberdade do ex-presidente e o retorno dos direitos políticos. Seu nome passa automaticamente a polarizar com o bolsonarismo, tornando-se forte candidato para as próximas eleições.

O sistema político, inicialmente abalado pela Lava Jato, vai para a ofensiva. Os resultados das eleições municipais de 2020 mostraram que o estrago do último período ao PT foi bem menor do que o esperado, chegando inclusive ao segundo turno e a vencer em algumas cidades. Contudo, saem efetivamente fortalecidos os partidos tradicionais da direita (DEM, PSD) e da centro-esquerda (PSB), sendo que alguns nomes ligados ao bolsonarismo não conseguem reproduzir a onda conservadora de 2018.

De todo modo, a situação foi se configurando em um equilíbrio instável: de um lado, Bolsonaro acabou perdendo muito de sua popularidade no contexto da pandemia. Que, associado às diversas investigações sobre desvios de dinheiro de gabinete de seus filhos parlamentares (Flávio Bolsonaro, senador; Carlos Bolsonaro, vereador do Rio de Janeiro), da aproximação suspeita com figuras atuantes da milícia do Rio de Janeiro e das suspeitas de redes criminosas de fake news, acabaram por forçá-lo a uma aliança com o chamado Centrão no Congresso Nacional. Mas, por outro lado, Bolsonaro vem conseguindo manter índices de aprovação e de intenção de voto na casa dos 20%, o que parece bloquear as chances de um nome da direita tradicional lhe tirar da corrida presidencial de 2022.

3. O dilema da elite econômica: onde está a 3ª via?

Desde 2014, a elite econômica, que por anos foi bem representada nos governos e no parlamento pelo PSDB e de seus aliados, percebeu que não consegue mais apresentar sua agenda com chances eleitorais competitivas. Não só o desempenho de seu candidato, Geraldo Alckmin, foi vexatório em 2018, como também viu diminuir sua bancada parlamentar e os estados governados pelos tucanos. Mesmo que Dilma Rousseff, cujo início do seu segundo mandato apresentava baixos índices de aprovação, chegasse enfraquecida para fazer um sucessor nas próximas eleições, o risco de não ter um nome viável para representar os endinheirados era real. Daí os esforços que levaram ao golpe de 2016 e o apoio à “aventura Bolsonaro”, já na reta final das eleições.

O fato é que a política econômica do Governo Bolsonaro atende amplamente aos interesses do grande capital no país, deixando intocado o pagamento dos juros da dívida pública e reduzindo direitos sociais. Mesmo que a velocidade de implementação dessa agenda não seja aquela desejada pela elite. Seu estilo truculento e autoritário, além de sua agenda regressiva de costumes, é um preço que parte da elite econômica se dispôs a pagar para manter seus interesses intocados. Mas tal apoio e resignação diante do Governo Bolsonaro não é unanimidade entre os donos do dinheiro.

Desde o rompimento de personalidades do bolsonarismo com o governo, como Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta, parte do empresariado vem acalentando o sonho de emergir um nome de “terceira via” como alternativa a Lula e Bolsonaro, de modo que pudesse explorar a rejeição que ambos ainda carregam em parte do eleitorado. Assim, esse nome poderia dar continuidade à plataforma econômica neoliberal de austeridade fiscal e redução de direitos sociais, porém sem os contornos explicitamente antidemocráticos de Bolsonaro.

Dessa forma, além dos nomes acima citados, a mídia corporativa vem sugerindo outros nomes, como os governadores tucanos João Dória (São Paulo) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), e até Ciro Gomes é lembrado como possibilidade, ainda que sua plataforma política seja bem diferente daquela desejada pela elite econômica. Ocorre que todos esses nomes, quando testados em pesquisas de intenção de votos, ficam muito abaixo de Bolsonaro, que aparece em segundo lugar, atrás de Lula. Aliás, Bolsonaro aparece nessas pesquisas com um percentual de intenção de voto maior do que a de todos esses nomes juntos. Ao que tudo indica, ele conseguiu fidelizar boa parte dos votos convictos de direita no Brasil, que nas últimas décadas gravitaram entre figuras como Paulo Maluf, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Geraldo Alckmin, sendo Aécio Neves o último desses políticos “tradicionais” na direita a amealhar votos dessa parcela do eleitorado.

Desde a redemocratização, as eleições presidenciais polarizam entre um candidato de direita e um de esquerda. Dificilmente se abre espaço para a disputa “direita x direita” ou “esquerda x esquerda”. Em um regime presidencialista, as eleições nacionais tendem a ser mais ideológicas do que as regionais (como nas eleições municipais), no qual alianças mais pragmáticas são estabelecidas, inclusive com partidos adversários no Congresso Nacional. Nesse cenário, e considerando principalmente a campanha antipolítica que veio no bojo do lavajatismo, somente lideranças muito carismáticas e que mobilizam para além de questões do cotidiano são capazes de ter uma campanha bem sucedida.

Então, depois de promover o golpe contra Dilma em 2016, apoiar as irregularidades da operação Lava Jato para enfraquecer a esquerda, impedir a participação de Lula nas eleições de

2018 e aderir de última hora ao bolsonarismo, os donos do dinheiro percebem que as escolhas podem ser as mesmas de 2018, com a diferença de que agora Lula aparece com favoritismo reforçado para vencer, pela terceira vez, as eleições presidenciais.

Contudo, uma questão paira no ar, sugerindo alguma mudança em relação ao início do Governo Bolsonaro - o aspecto econômico. Afinal, o desempenho da economia terá algum peso nas próximas eleições, contrariando a tese de que agora a agenda ideológica é mais importante do que a econômica? E será capaz de enfraquecer a extrema-direita hoje organizada em torno do bolsonarismo?

4. Prospectando: no fim, é a economia?

Um comportamento econômico esperado após grandes crises recessivas é a recuperação dos níveis de crescimento, revertendo a queda do período anterior. Mesmo que o ritmo seja parecido com o que existia antes de um episódio de crise, como a pandemia do novo coronavírus, a sensação de recuperação pode dar um alento para quem está comandando a política econômica. Se essa eventual recuperação acontecer um ano ou meses antes da eleição, pode virar um trunfo político. Que, no caso em tela, fortaleceria um candidato à reeleição que tem a máquina pública nas mãos, de modo a utilizar a publicidade estatal para cacifar o discurso da continuidade.

A projeção de crescimento do PIB em 2021 no início do ano, que era modesta devido ao impacto da pandemia, tornou-se maior do que o esperado em meados do ano, saltando de 3% para 4,8%⁴. Aliados do governo no Congresso Nacional e em parte do mercado financeiro começaram a demonstrar otimismo com o próximo ano, onde será preciso mostrar serviço aos eleitores. No entanto, o aumento nas projeções de crescimento reflete dois fenômenos: o carregamento estatístico do segundo semestre de 2020, que teve no auxílio emergencial um forte componente de aumento do consumo familiar daquele período. E o atual desempenho do setor exportador, com a alta demanda internacional pelas *commodities* no primeiro semestre. Apesar de importante, o bom desempenho desse setor não consegue sozinho sustentar uma onda virtuosa de crescimento, uma vez que seu impacto nos empregos é muito baixo, em uma atividade hoje altamente automatizada. Nenhum crescimento é sustentável sem o bom dinamismo do mercado interno, e este está retraído desde pelo menos 2015. As reformas na legislação trabalhista, ao invés

⁴ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=38219. Acessado em 01/07/2021.

de criar empregos formais, apenas aceleraram a informalidade, reduzindo a participação dos salários no PIB.

Existem, de fato, algumas possibilidades de reversão do quadro recessivo. O mais óbvio é que, com percentual alto de vacinados, as atividades econômicas devem se acelerar, com o fim das fortes restrições de circulação de pessoas. Além disso, o governo indica investimentos no ano eleitoral, buscando negociar com o Congresso Nacional e com o Judiciário formas de contornar a Lei do Teto de Gastos. O plano mais ambicioso do governo é reformular o Programa Bolsa Família, inclusive mudando seu nome para desvinculá-lo dos governos petistas. Desse modo, poderia replicar o efeito positivo que o Auxílio Emergencial trouxe em 2020, agora às vésperas da eleição de 2022.

No entanto, existem diversos gargalos a serem superados nesse roteiro desenhado por Bolsonaro. Um deles é de origem natural: o país enfrenta uma grande estiagem, e o volume baixo das represas coloca em risco o fornecimento de energia e de água, trazendo de volta o pesadelo de novos “apagões” e de racionamento. Isso poderá reverter o crescimento do consumo esperado com o fim das fortes restrições de circulação ligadas à pandemia. Mas, além do aspecto natural, o problema da estiagem vem acompanhado de uma escolha política, que coincidentemente estava presente nos últimos grandes apagões que ocorreram no país, em 2002. Naquela ocasião, o Governo FHC havia promovido o desmonte do sistema Eletrobras por meio de privatizações, o que acabou fragilizando a geração e distribuição de energia em um contexto crítico. Hoje, a nova onda de estiagem encontra mais uma vez o sistema Eletrobras, que havia sido reerguido nos governos petistas, em processo de desmontagem com vistas à sua privatização, processo que se iniciou ainda no Governo Temer. Portanto, os riscos de apagão são consideravelmente altos, como em 2002.

Este exemplo mostra claramente que a insistência na agenda da austeridade fiscal e da diminuição da participação do Estado na economia, junto com a retirada de direitos sociais e trabalhistas, diminui as chances de recuperação econômica do país. Porque, além de manter o mercado interno retraído, pode trazer problemas caso a pandemia leve muito tempo para ser controlada. Países com taxas de vacinação superiores às do Brasil já temem que variantes novas da Covid-19 sejam resistentes às atuais vacinas. Isso significa que não só mais investimentos em pesquisa serão necessários, como também recursos para aquisição e distribuição de novas vacinas nos próximos anos serão imperiosas. Tudo o que uma agenda de austeridade não pode dar conta.

Referências bibliográficas

BOITO JUNIOR, Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. Goiânia-GO, Editora Phillos Academy, 2020.

PRONER, Carol *et. al.* **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru, Editora Canal 6, 2016.

SANTOS, Agnaldo dos. “Crises justapostas: do 'pós-neoliberalismo' e do neoliberalismo”. CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo dos; MENDONÇA, Marina Gusmão (org.). **A conjuntura política latino-americana: instabilidade e resistência**. Marília-SP, Projeto Editorial Praxis, 2021.

STRECK, Lenio; CARVALHO, Marco Aurélio de. **O livro das suspeições: o que fazer quando sabemos que sabemos que Moro era suspeito e parcial?** São Paulo, Grupo Prerrogativas, 2020.